A RETOMADA DA "HEGEMONIA NORTE-AMERICANA" E SEUS IMPACTOS SOB A AMÉRICA LATINA

THE RETURN OF "NORTH AMERICAN HEGEMONY" AND IMPACTS ON LATIN AMERICA

Tatiana A F R Cardoso Squeff*

Jessika Tessaro Rucks**

Renata Motter de Souza***

RESUMO: O presente texto tem como objetivo analisar as relações entre hegemonia e crise, a partir do exemplo norte-americano no período subsequente à Segunda Guerra Mundial. A justificativa para a realização do estudo está na tentativa de compreender a importância norte-americana no sistema internacional, bem como a sua tentativa de manter-se no "topo" das relações internacionais contemporâneas. Afinal, a ascensão estadunidense ao cargo de Potência Mundial no período do pós-guerra foi vista como um estabilizador econômico. Entretanto, com a profunda crise econômico-política ocorrida na década de 1970 nos Estados Unidos, não foi apenas o seu papel contestado internacionalmente, como também se atestou a própria falha do sistema financeiro internacional arquitetado em Bretton Woods. Com isso, o presente texto pretende não só demonstrar tal situação, assim como almeja elucidar as novas políticas adotadas pelos americanos frente a tal situação, na tentativa de retomar o seu posto enquanto potência hegemônica. Além disso, ao cabo, o estudo ressalta os efeitos gerados por essa nova prática sobre as economias latino-americanas, particularmente sobre Argentina, Brasil e México, haja vista elas terem impactado negativamente na "saúde econômica" destes países. Por isso, o presente texto é dividido em quatro partes, traçando-se um resgate teórico-qualitativo acerca do tema, revisando-se bibliografia existente sobre o tema, porém, sem o condão de querer esgotá-la.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa Americana – Hegemonia – Crise Financeira – Sistema Financeiro Mundial – América-Latina.

ABSTRACT: This text intends to analyze the relationship between hegemony and crisis taking the United States in the post-World War II as an example. The rationale behind this

* Doutoranda em Direito Internacional pela UFRGS. Mestre em Direito Público pela Unisinos, com fomento CAPES (2012). Pós-graduada em Relações Internacionais pela UFRGS (2015), em Direito Internacional pela UFRGS (2009) e em Língua Inglesa pela Unilasalle (2008). Professora de Direito Internacional e Relações Internacionais da graduação em Direito do UniRitter e da Unifin. Professora Substituta da Faculdade de Direito da UFRGS.

** Doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS. Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS, com fomento CAPES (2016). Pós-graduada em Relações Internacionais pela UFRGS (2014). Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade América Latina/RS (2012). Pesquisadora do Instituto Sul-Americano de Políticas e Estratégias.

*** Pós-graduada em Relações Internacionais pela UFRGS (2014). Graduada em Administração pela Universidade do Contestado (SC) (2012)

study is to understand the importance of the U.S. in the international system as well as its attempt to maintain itself at the "top" of contemporary international relations. After all, the U.S. ascension to "World Power" in the post-war period was seen as an economic stabilizer. Nevertheless, with the economic and political crisis occurred in the 1970s in the United States, its role as super power was not only contested, but also attested the very failure of the international financial system conceived at Bretton Woods. Thus, this paper aims at demonstrating such situation as well as presenting the new policies adopted by the Americans to fight off that situation, in order to recover its position as a hegemon. In addition, at the end, the study emphasizes the effects generated by this new practice on Latin American economies, particularly on Argentina, Brazil and Mexico, considering they have impacted negatively the economy of these countries. Hence, this text is divided into four parts so as to draw a theoretical and qualitative approach on the subject, reviewing the existing literature on the matter, not intending, yet, to exhaust all the existing sources.

KEYWORDS: U.S. Foreign Policy – Hegemony – Financial Crisis – Global Financial System – Latin-America.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar a retomada da hegemonia dos Estados Unidos e seus impactos sob a América Latina. Afinal, entende-se que o presente tema é importante para compreender a importância norte-americana no sistema (financeiro) internacional, a sua tentativa de manter-se no "topo" das relações internacionais contemporâneas e como isso impactou sobre as economias latino-americanas na década de 1980.

Para tanto, o estudo é dividido em quatro partes, traçando-se um resgate teórico-qualitativo acerca do tema, com intuito de revisar a bibliografia existente, porém, sem o condão de querer esgotá-la. Assim, incialmente, parte-se do nascimento/construção da hegemonia norte-americana, perpassando os momentos da Conferência de Bretton Woods em 1944 até o colapso deste sistema, o qual não atendia mais os anseios do sistema mundial.

Na sequência, o trabalho apresenta as causas para o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, tendo como base as alterações político-militares (estratégicas), energéticas e principalmente econômicas vivenciadas pelo citado país no final da década de 1960 e meados da década de 1970.

Posteriormente, escrito igualmente apresenta as causas para o renascimento da hegemonia norte-americana nos anos 80, sobretudo aquelas baseadas no trabalho pioneiro de Tavares e, finalmente, como as medidas e políticas adotadas pelo governo norte-americano, como a política de fortalecimento do dólar, que possibilitaram a retomada da sua hegemonia impactaram sobre as economias latino-americanas, mas particularmente sobre a Argentina, Brasil e México.

1. O NASCIMENTO DA "HEGEMONIA NORTE-AMERICANA"

A hegemonia norte-americana surgiu ao final da Segunda Guerra Mundial, quando da formulação do sistema financeiro internacional, elucubrado no encontro de Bretton Woods, e seguiu incontestada até a década de 70. A hegemonia deste país foi a

segunda existente na História, pois, além da Grã-Bretanha na década de 1870, a economia Estadunidense foi a única capaz de "se expandir para fora de si mesmo e impor sua liderança ou hegemonia sobre os demais Estados do sistema mundial" (FIORI, 2005, p. 69). Fiori (2005, pp. 69-70) continua:

> [...] na história do sistema mundial só houve hegemonia de fato quando ocorreu coincidência ou convergência dos interesses e valores da potência ascendente com os das demais grandes potências transitoriamente derrotadas ou superadas pela escalada imperial dos dois únicos grandes vitoriosos dessa história: a Inglaterra e os Estados Unidos. [...] Assim, só se pode falar de uma verdadeira hegemonia mundial em dois momentos da história do sistema moderno: entre 1870 e 1900 e entre 1945 e 1973.

Com a ascensão norte-americana ao cargo de "Potência Mundial" no período do pós-guerra, surge um estabilizador econômico — um elemento considerado necessário para a ausência de crises financeiras. Isso porque, como já tecia Braudel (apud FIORI & TAVARES, 1997, p. 93), "o mundo não pode viver sem um centro de gravidade", tal como ocorrera na Crise de 1929.

A hegemonia começou a ser costurada no ano de 1944, quando quarenta e quatro Estados independentes participaram da Conferência Internacional Econômica e Monetária das Nações Unidas, a qual ocorrera na localidade de Bretton Woods, em New Hampshire, Estados Unidos, com objetivo de "instituir órgãos reguladores da economia internacional" (BARRAL, 2000, p. 23). Contudo, para além do consenso entre as diversas nações presentes no encontro acerca da necessidade da criação de um fundo monetário e de um banco para a reconstrução europeia e promoção do desenvolvimento,[1] o sistema conjecturado ainda apresentava duas características principais: a taxa de cambio fixa e o padrão de conversão dólar-ouro.

Acerca da taxa de câmbio, Gordon (2000, p. 122) explica que as mesmas "eram mantidas fixas, com apenas algumas mudanças ocasionais como a desvalorização britânica de 1967", a fim de que manter a estabilidade do valor da moeda nacional frente ao padrão de conversão adotado por longos períodos de tempo, utilizando-se das reservas de câmbio para intervir na economia, comprando/vendendo a moeda de troca em excesso. Prossegue o referido autor, tecendo que "no sistema de taxa de câmbio fixa", a grande redução das reservas cambiais de um Estado, ocasionada pela constante venda para manter a taxa de conversão fixa poderia provocar uma crise financeira, sendo esses os casos em que há uma variação cambial pontual.[2]

---

1 Além dessas duas instituições — FMI e BIRD — também houve consenso acerca da necessidade de instituir uma organização internacional que regulamentasse os fluxos comerciais interestatais. Contudo, a "Organização Internacional do Comércio" nunca saíra do papel, forte na negativa do congresso norte-americano (BARRAL, 2000, p. 23).

2 Complementa o referido autor que, nesses casos, portanto, o "país seria forçado a reduzir, ou desvalorizar, sua taxa de câmbio", como a Grã-Bretanha efetuara no período mencionado, com o objetivo de "tornar as exportações britânicas menos caras e mais atraentes para os compradores estrangeiros, aumentando, assim, a demanda de libra esterlina". Ademais, o autor igualmente apresenta um exemplo no sentido oposto, em que o Estado se vê obrigado a revalorizar a sua moeda visto que "as suas reservas cambiais externas" estavam excessivas, como ocorrera com a Alemanha em 1969, quando reajustou o Marco frente ao Dólar em 5% (GORDON, 2000, p. 122).

Já no que tange ao padrão dólar-ouro, Gordon (2000, p. 122), esclarece que "podia-se usar não só o ouro, mas também dólares como reservas, o que dava uma vantagem especial aos Estados Unidos em relação a outros países, como a Grã-Bretanha". Segundo Kilstajin (1989, p. 88) este foi o reflexo mais evidente da hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra, visto que o dólar foi incluído "no papel de reserva internacional", fazendo com que as moedas do mundo todo a ele se alinhassem e se tornassem conversíveis de forma relativamente fixa, substituindo aquela "mercadoria que historicamente representava o dinheiro universal — o ouro". Além disso, explana que "de 1944 até o início dos anos cinquentas, a escassez de dólares manifestava-se em superávits nas contas norte-americanas e na demanda internacional de dólares para constituição de reservas" de outros Estados, o que representa evidentemente uma vantagem Estadunidense.

Entretanto, não se pode afirmar que a superioridade Estadunidense é oriunda apenas do padrão dólar-ouro como referencial monetário internacional, havendo outros dois componentes importantes sobre o qual:

> a hegemonia norte-americana sobre o mundo capitalista se apoiou" com o fim da Segunda Guerra, como bem elabora Santos (2007, p. 36). O primeiro deles é a própria "supremacia econômica norte-americana, que, ao se impor ao mundo, permitiu expansão das suas corporações, difundindo seus padrões de organização, produção, consumo e financiamento.

Hilferding (apud FIORI, 1999, p. 62), expressa essa mesma impressão ao afirmar:

> o capital financeiro, para manter e ampliar sua superioridade precisa de um Estado politicamente poderoso [...], um Estado forte que faça valer seus interesses no exterior [...] e que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo interno em área de investimento", sendo os Estados Unidos, no pós-guerra, o grande exemplo. Afinal, para além de uma balança comercial favorável, a liquidez internacional garantida em dólares fez com que capitais privados situados nos Estados Unidos concentrassem e centralizassem as riquezas mundanas (FIORI, 1999, p. 24), especialmente pela característica cosmopolita do *New Deal* (BELLUZZO, 2004, p. 18; FIORI, 1999, p. 105), o que denota o nascimento da "hegemonia norte-americana.".

Até mesmo porque, se não há uma equalização de riquezas entre as nações, não há que se falar em equalização do poder (FIORI, 1999, p. 53), mas tão-somente um controle unipolar. E é nesse sentido que se entende igualmente o pilar faltante, que é o "sistema de segurança sob a tutela do aparato militar norte-americano no contexto da Guerra Fria, que se legitimava através de algumas alianças militares como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com a alegação de combater o expansionismo soviético" (SANTOS, 2007, p. 36).[3] Sob esse aspecto, a competição interestatal também é realçada no cenário do pós-guerra, principalmente pela competição tecnológica,

[3] Sob essa perspectiva, Fiori e Tavares (1997, p. 105) também tecem que "a nova ordem mundial norte-americana foi sendo desenhada, na prática, pelo impasse nas conversações com a URSS sobre a reunificação da Alemanha e sobre o destino dos territórios ocupados da Europa Central. Foram momentos decisivos, no redesenho da estratégia americana para a Europa, a decisão de intervir, em 1947, na Grécia e na Turquia contra as forças comunistas internas, assim como o golpe comunista de 1948 na Checoslováquia seguido de imediato pela criação da OTAN e do Pacto de Varsóvia. Sem isto não se entenderia o anuncio americano, em 1947, do Plano Marshall de reconstrução Europeia e a criação em 1949 da República Federal Alemã que consagrou a ocupação e divisão interna do país que se transformara em problema desde 1871".

militar e ideológica entre americanos e soviéticos. Isso porque, o "projeto imperial benevolente" norte-americano fez com que ele se tornasse a liderança — hegemônica — do mundo capitalista (FIORI & TAVARES, 1997, pp. 104-105).

Assim, os Estados Unidos destoavam dos demais países, sendo alocados no centro do sistema por sua "capacidade material" de gerir o ordenamento internacional, "apoiado pelo seu controle sobre matérias primas estratégicas, capitais de investimento, tecnologias de ponta, armas, informação e acesso aos mercados internacionais" – como bem coloca Fiori e Tavares (1997, p. 94) ao exprimirem a definição de hegemonia a partir dos pensamentos neorrealistas.

Outrossim, a hegemonia americana não perdurou. Parafraseando Fiori e Tavares (1997, p. 108), o *hegemon*, como é chamada a potência a frente do ordenamento internacional, quando opta por seus interesses domésticos (ou seja, nacionais), o mundo passa a se deparar com uma profunda crise econômico-política, a qual atesta a própria falha do sistema, como ocorreu na década de 1970.

2. OS FATORES PARA A CRISE DA DÉCADA DE 1970

A "crise hegemônica norte-americana" ocorreu entre 1968 e 1973, quando o sistema financeiro internacional, elucubrado no encontro de Bretton Woods, mostrou-se falho, sobretudo, por força das políticas internas e externas Estadunidenses, as quais levaram não apenas a uma crise monetária, como também a consequente alteração do próprio sistema financeiro mundial.

De acordo com Cardia (2005, p. 60), "a crise monetária começou em 1967 com a desvalorização da libra esterlina. Mas a situação se tornou mais grave com as medidas de ordem monetária levadas a cabo por Nixon, em agosto de 1971", quando este decretou a perda da paridade entre dólar e ouro, dada a sua crescente desvalorização a partir de 1958, com base na conversibilidade das moedas nacionais mundo afora, limitando "o papel exclusivo do dólar como moeda de reserva nacional" apesar da grande oferta do mesmo no mercado, bem como da atração de capitais para fora dos Estados Unidos (justamente pela conversibilidade ter tornado "mais atrativas as economias dos demais países industrializados"), como bem coloca Kilstajin (1989, p. 90).[4]

Com isso, a dívida pública Estadunidense crescia cada vez mais (baseado na emissão de moeda de forma abundante) e este país começara "a perder ouro para seus principais parceiros comerciais", indicando uma "diminuição da confiança internacional na moeda americana e na capacidade do governo de Washington de converter todos os dólares em circulação por ouro" (SANCHEZ, 2001, p. 120).[5]

Há, portanto, um rompimento do Acordo de Bretton Woods, fazendo com que emergisse outro sistema monetário no plano internacional — o da taxa de câmbio flexível — o qual mantinha o dólar como moeda de troca do mercado, porém, não mais fixa a uma

[4] Conforme Santos (2007, p. 37), "os capitalistas norte-americanos passaram a enfrentar uma dura concorrência dos capitalistas japoneses e alemães".

[5] Nos dizeres de Kilstajin (1989, p. 91), "as reservas de outo dos Estados Unidos caíram de 653 milhões de onças, em fins de 1957, para 409 milhões, em 1960".

base imutável de US$ 35,00 por onça-troy (GORDON, 2000, pp. 122-123).[6] No mesmo sentido, aduz Eichengreen (2000, p. 183):

> [...] o fim de Bretton Woods transformou as questões monetárias internacionais. A partir do momento em que os bancos centrais e governos se deram conta da existência do instrumento de veto a ser denominado política monetária, a estabilidade da taxa de câmbio passou a ser o objetivo mais importante desse instrumento. A política monetária foi usada para ancorar a taxa de câmbio, exceto durante períodos excepcionais e limitados de guerra, reconstrução e depressão. Em 1973, a política monetária desprende-se das amarras e permitiu-se que as taxas de câmbio flutuassem.

E com esse acontecimento no plano econômico desencadeou-se o princípio da crise da hegemonia norte-americana, como assevera Fiori e Tavares (1997, p. 107-108). E se no plano interno a política monetária era o grande problema, no plano externo a crise energética e a Guerra do Vietnã foram outros grandes fatores que demonstram a quebra da hegemonia dos Estados Unidos em diversos níveis.

Conforme Santos (2007, p. 37), no plano militar "a derrota no Vietnã; as vitórias dos egípcios e sírios, armados pela URSS, na guerra do Yom Kippur; a revolução xiita do Irã; e a invasão soviética do Afeganistão, colocaram em questão o poderio militar norte-americano.".

Acerca do primeiro fato, o qual foi evidentemente devastador nessa fase, destacam Fiori e Tavares (1997, p. 109) que foi na própria administração Estadunidense "que ocorreu a rebeldia mais bem-sucedida e de consequências mais duradouras", sobretudo, pela política do Presidente Johnson. Este, imprimindo mais dólares para financiar os gastos com a guerra (SANCHEZ, 2001, p. 37) e aumentando o contingente enviado ao conflito na Indochina, "a despeito das resistências internas" (FIORI & TAVARES, 1997, p. 111), fizeram com que os Estados Unidos permanecessem "isolados internacionalmente e cada vez mais questionados internamente", o que não é bom para um poder que quer manter-se no apogeu.

Isso porque, além da insustentável "primeira grande derrota militar", como bem mencionam Fiori e Tavares (1997, p. 112), esse fato desencadeou outras derrotas militares-estratégicas pontuais que ocorreram na sequência dos anos, como a perda do controle nos conflitos entre Índia e Paquistão e a própria invasão soviética no Afeganistão em 1979, sem contar a perda de um grande aliado no Oriente Médio que era o Irã, forte na revolução fundamentalista ocorrida naquele país (FIORI & TAVARES, 1997, pp. 113-114).

Paralelamente, ainda, uma crise energética corroborou para a perda da "hegemonia norte-americana" entre 1968 e 1973. Decorrente do aumento exacerbado no preço do petróleo pela OPEP, organização recém-criada, o choque energético também foi crucial para a diminuição da hegemonia norte-americana, visto que revelaram "a complementariedade e interdependência das economias nacionais, quaisquer que sejam os níveis de desenvolvimento" (CARDIA, 2005, p. 60). Isto é, o "monopólio" dos preços pela

[6] O referido autor (GORDON, 2000, p. 122) esclarece que "a oferta de dólares excedeu muito a demanda e, consequentemente, somente compras maciças de dólares por outros países, principalmente pela Alemanha e Japão, conseguiam manter a taxa de cambio do dólar fixa". Além disso, tece que Alemanha e Japão compraram muitos dólares dos especuladores, que apostavam na impossibilidade "de manter a taxa de cambio do dólar fixa", "contribuindo com a oferta excessiva de dólares" no mercado. Por fim, "os governos das nações mais importantes abandonaram a tentativa de sustentar o valor do dólar, e em 19 de março de 1973 adotaram o sistema atual de taxa de câmbio flexível.".

OPEP, colocando termo ao modelo energético que sustentara o crescimento barato da economia entre os anos cinquentas e sessentas (FIORI & TAVARES, 1997, p. 108; SANTOS, 2007, p. 37), representa a própria dependência americana frente a outros Estados, o que é inconcebível a uma potência hegemônica.

Acerca disso, interessante o pensamento de Fiori (2004, p.90-91) ao tecer:

> [a] hegemonia mundial [...] é uma posição transitória que deve ser conquistada e mantida pela luta constante por mais poder, e neste sentido ela é autodestrutiva, porque o próprio *hegemon* quer se desfazer de suas limitações para alcançar a conquista completa do poder global. Por isso, o *hegemon* se transforma num desestabilizador da sua própria hegemonia.

Logo, para a retomada da própria hegemonia demandaria mudanças pontuais no próprio pensamento norte-americano, o que se resolve com a entrada do governo Regan no gabinete presencial Estadunidense.

3. A "RETOMADA HEGEMÔNICA" ESTADUNIDENSE

Muito embora o ordenamento internacional parecesse arquitetar um trilho para uma nova ordem internacional, apresentando outra conjuntura, distinta daquela iniciada por Bretton Woods, dada a queda norte-americana em meados da década de setenta, com a eleição de Ronald Regan em 1981 os caminhos foram tomando um sentido inverso – em direção à "retomada hegemônica norte-americana.".

Na fase conhecida como a "Segunda Guerra Fria", os Estados Unidos pareciam estar "decididos a recuperar a liderança mundial" (FIORI & TAVARES, 1997, p. 114). Santos (2007, p. 37-38), resume as transformações que fizeram com que os Estados Unidos retomassem o seu papel central:

> Com Regan (1981-1989), os EUA retomaram o mito do excepcionalismo norte-americano e a ideia da realização do destino manifesto, promovendo uma política extremamente conservadora no plano interno e externo, cujos objetivos podem ser focalizados de modo breve. Primeiro, vencer a URSS, chamada de "Império do Mal", colocando fim a Guerra Fria mediante a intensificação da corrida armamentista, como o projeto científico, tecnológico e militar da *Strategic Defense Initiative*, que ficou conhecido como programa "Guerra nas Estrelas". Segundo, enquadrar os competidores econômicos rivais, principalmente a Alemanha e o Japão, mediante a manutenção da Política do Dólar Forte, iniciada no governo Carter.

Com efeito, é possível dizer que os norte-americanos iniciaram uma série de medidas conservadoras que viriam a desenhar um novo funcionamento das relações internacionais na década de 1980, as quais podem ser divididas em duas grandes classes: uma, "no plano geoeconômico (através da diplomacia do dólar forte), e outra no plano geopolítico (através da diplomacia das armas)", como bem coloca Fiori (2000, p. 211), ao explicar a tese de Tavares.

No que diz respeito à primeira diplomacia, a intenção era "buscar uma acomodação através de uma adesão mais rigorosa aos princípios e à pratica da moeda forte", afastando a frouxidão das políticas monetárias que até então caracterizavam as políticas monetárias Estadunidenses desde o início da Guerra Fria (FIORI & TAVARES, 1997, p. 115). Para tanto, "ao manter uma política monetária dura e forçar uma sobrevalorização

do dólar", o Banco Central Americano ("FED") retomou o controle do sistema, fazendo com que o crédito interbancário fosse orientado pelas políticas monetárias norte-americanas, prática esta tipicamente hegemônica (FIORI, 2000, p. 212).

Tavares (2004), explica essa "nova" homogeneidade pautada numa política mais conservadora/intervencionista:

> [...] a política norte-americana faz unilateralmente as intervenções preventivas ou corretivas, segundo a conjuntura. Sem regras gerais autoaplicáveis e sem consideração pelas regras dos organismos internacionais que eles mesmos ajudaram a criar, o intervencionismo preventivo norte-americano expandiu como nunca o seu poder global.

Além disso, o respaldo encontrado nas políticas dos governos eleitos de Thatcher na Grã-Bretanha e Kohl na Alemanha foram essenciais para o suporte das políticas de desregulação dos mercados, do equilíbrio fiscal, a privatização de serviços públicos e deflação lançadas pelos americanos, fazendo surgir um efeito dominó no globo seguindo essas novas linhas, mesmo em países de matriz socialista (FIORI & TAVARES, 1997, p. 115-116).

No setor geopolítico, ao seu turno, a "hegemonia norte-americana" é retomada com a ofensiva mais abrupta contra os soviéticos, agora com a intenção de ganhar a Guerra Fria. Nas palavras de Fiori e Tavares (1997, p. 118), "voltava-se de forma ainda mais radical aos tempos da Doutrina Truman: já não se tratava apenas de conter o comunismo, tratava-se de derrotá-lo".

Para tanto, os americanos tomaram quatro decisões estratégicas que eventualmente levaram ao fim da União Soviética. A primeira, conforme Fiori e Tavares (1997, p. 118), "foi a de apoiar as forças anticomunistas em todos os planos e lugares do mundo", onde destaca-se o suporte às Guerrilhas da Nicarágua contra o próprio Estado, ensejando inclusive uma ação na Corte Internacional de Justiça (1986), onde restou mais do que comprovado esse suporte.

A segunda foi a instalação do sistema de mísseis de médio alcance no território europeu, sob o controle da OTAN (FIORI & TAVARES, 1997, p. 118). A terceira é de desenvolver o programa espacial (FIORI & TAVARES, op. cit., p. 119). E, por fim, o reconhecimento diplomático da China por parte dos Estados Unidos e a consequente abertura dos mercados americanos aos chineses — uma política desenhada ainda por Nixon e Kissinger, como alertam Fiori e Tavares (1997, p. 119).

Por conseguinte, essas aproximações e medidas estratégicas fizeram com que os norte-americanos recuperassem a sua hegemonia, sempre trabalhando para os interesses nacionais, porém, não olvidando das relações coordenadas com os demais países, no sentido de manter-se à frente de seus potenciais competidores e detentores de riqueza.

De fato, essa situação pode ser visualizada enquanto a própria retomada da hegemonia daquele país, mas com uma nova roupagem, as quais inclusive impactaram negativamente nas economias de outros países, tais como a dos países latino-americanos. Situação esta que merece um aprofundamento maior, justamente pelos seus efeitos, particularmente em Brasil, Argentina e México — países que reconhecidamente sofreram com as medidas dos Estados Unidos.

4. OS IMPACTOS DA RECONQUISTA NAS ECONOMIAS DA AMÉRICA-LATINA

Quando Ronald Reagan assumiu a presidência dos Estados Unidos em 1981 iniciou-se uma nova fase nas relações entre a América Latina e aquele Estado. Isso porque, as diretrizes adotadas pelo governo republicano visavam à retomada da hegemonia mundial por parte dos Estados Unidos. Por isso, o governo norte-americano aderiu uma estratégia de fortalecimento do dólar e da contenção da influência soviética que acabaram refletindo fortemente (e negativamente) sob as economias dos países latinos.

Nos anos 1970, o endividamento era considerado uma estratégia de desenvolvimento econômico da maioria dos países da América Latina que tinham contraído empréstimos, aproveitando à liquidez financeira do mercado internacional. Acerca disso, Cano (2000, p. 19) exprime:

> Na década de 1970 a expansão do sistema financeiro internacional é acelerada, tanto pela inflação do período inicial quanto, principalmente, pela reciclagem dos petroleiros que decorrem dos substanciais aumentos dos preços do petróleo entre 1973 e 1979.

Ocorre que com os choques externos provocados pelas crises do petróleo aliado a contratação de empréstimos como prazos curtos e com taxas de juros flutuantes, os países não conseguiram promover excedentes necessários para efetuar regularmente o pagamento da dívida.

Ao mesmo tempo, outro fator que corroborou para esse descompasso nos pagamentos da dívida externa foi a Política Volcker, estabelecida em outubro de 1979 pelo governo estadunidense para conter o enfraquecimento do dólar no cenário mundial. Essa medida previa o aumento da taxa de desconto e a modificação da política monetária, a qual não se concentraria mais nos níveis da taxa de juros, mas sim nas metas de oferta monetária — atingindo diretamente os valores devidos pelos países no cenário internacional.

Note-se que o apoio de Washington à América Latina durante os anos 1980 detinha mais um componente preocupante: o forte envolvimento dos bancos norte-americanos, como credores, e a eminencia de quebra do sistema financeiro internacional, caso os devedores não pagassem os juros ou o principal de suas dívidas (DE BEM, 2003, p. 128). Fato este que denota o "papel hegemônico norte-americano", como também o seu entrelaçamento para com os países latinos, apesar de isso não ter sido suficiente para evitar graves problemas aos Estados que utilizavam do crédito dos Estados Unidos.

Dessa forma, uma vez que as taxas de juros norte-americanas aumentaram e o dólar passou a se valorizar, os Estados rapidamente sentiram os efeitos das políticas adotadas pelo governo dos Estados Unidos. E quando os juros subiram vertiginosamente entre 1979 e 1982, a quebra do sistema financeiro dos países foi inevitável: Argentina, Brasil e o México foram os casos mais expressivos (CANO, 2000, p. 31).

4.1 BRASIL

O Brasil experimentou o chamado "milagre econômico" entre os anos de 1968 e 1973 — um período de elevado crescimento econômico, promovido em partes pela política de favorecimento do setor público no qual o Estado buscava orientar e estimular investimentos na economia nacional. No entanto, durante os anos de 1970, os Estados

Unidos buscaram consolidar sua posição de liderança no sistema internacional, adotando medidas que viabilizassem a retomada da sua hegemonia.

Como mencionado anteriormente, a Política Volcker objetivava conter o enfraquecimento do dólar. Essa medida acarretou duas punições para grande parte dos países da América Latina, provocando um aumento dos custos do serviço da dívida, tornando-a ainda mais onerosa e, adicionalmente, o esvaziamento da oferta de capitais, em razão da atração exercida pelo mercado norte-americano.

Assim, com o fim do milagre econômico e o forte impacto dos choques externos de 1973 e 1979, as medidas adotadas pelos Estados Unidos reverberaram profundamente na economia brasileira na década seguinte. No início dos anos 1980, o Brasil iniciou um período de transição do modelo econômico de substituição de importações, adotado ainda na primeira metade do século XX, para aderir ao processo de globalização já dominante naquela época. Com isso, o Brasil procurou implementar um processo de ajustamento da economia, o que implicou em profundas transformações no sistema de intervenção do Estado brasileiro entre final da década de 1980 e ao longo dos anos 1990.

A década de 1980, entretanto, ficou conhecida como a década perdida, em razão dos impactos de crise da dívida externa na economia do país. Entre as principais consequências da crise da dívida que marcaram esse período, pode-se destacar a impossibilidade de acessar o mercado internacional de crédito, o aumento brusco das remessas de juros internacionais, a crise institucional e financeira do Estado e a aguda aceleração da inflação.

Por conseguinte, a política macroeconômica brasileira ficou engessada a necessidade de viabilizar os pagamentos da dívida externa, impedir que o aprofundamento do endividamento do Estado e da taxa de crescimento dos preços empurrasse a economia brasileira para uma situação de hiperinflação. Tendo em vista que a inflação de 100% entre 1980-83 saltou para 193% em 1984 (CANO, 2000, p. 212), o combate à inflação passou a ser uma das principais preocupações dos governos.

Desse modo, os governos do período adotaram distintas medidas de caráter ortodoxo e heterodoxo no combate à inflação, implementando planos estruturais que objetivavam a promoção de um ajuste econômico e institucional, particularmente no que tange o mercado de trabalho, estimulando uma maior transferência de renda e bem-estar.

O governo brasileiro a partir de 1983 passou a submeter-se ao monitoramento e à fiscalização do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, no ano seguinte, buscou acordos também com o Banco Mundial (BM), a fim de buscar soluções para a crise (DE BEM, 2003, p. 81). Registra-se que, a partir dos anos noventa, as visões neoliberais passam a integrar as soluções adotadas pelo Estado para os problemas do período anterior.

A abundância de liquidez do período e a globalização financeira provocaram uma mudança na forma de financiamento da dívida externa. O Estado aderiu a uma nova postura, aderindo à abertura dos mercados, buscando atrair fluxos de capitais estrangeiros, procurando deslocar a restrição externa, controlar a inflação e integrar o mercado financeiro interno ao externo. Todavia, ressalta-se que foi somente com a implementação do Plano Real, em 1994, que o Brasil conseguiu colocar fim ao processo inflacionário e ao modelo econômico da década anterior, gerado mormente pelas mudanças oriundas dos Estados Unidos.

4.2 ARGENTINA

Os choques do petróleo de 1973 e 1979 abateram de maneira drástica os países industrializados (isto é, desenvolvidos), porém o mesmo não ocorre com os países subdesenvolvidos, como é o caso da Argentina. Zyberztajn (1987) descreve pontualmente essa situação:

> Na Argentina, a dependência em relação ao carvão perdurou até o final dos anos quarenta sendo substituída pela dependência ao petróleo, dependência esta que irá durar até o final dos anos cinquenta. Durante os anos sessenta, a prioridade dada às pesquisas acarretou a autossuficiência petrolífera e teve início uma política de diversificação energética, principalmente gás e hidroeletricidade.

Tomando por separado os períodos em que aconteceram as crises petrolíferas, pode-se destacar, em um primeiro momento (especialmente a partir de 1973), o aumento da sua dívida externa. O histórico argentino iniciou-se com a morte de Juan Domingo Perón em julho de 1974 e a assunção do cargo por *Isabelita* (María Estela Martinez Peron), pois, a partir desse momento, o Estado manifesta toda a sua fragilidade. No ano de 1975, o PIB argentino caíra para pouco mais de 2%, porém, o setor mais afetado foi a indústria, a qual sofreu com queda de -3,6%.

Mas o caso que mais chama a atenção no caso argentino foi a inflação que passou de 40% no ano de 1974 para 300% no ano seguinte. Os déficits, tanto fiscal quanto do balanço de pagamentos correntes, restaram cada vez piores, sendo que o primeiro atingira 73% e o segundo foi dez vezes maior que o montante do ano anterior (CANITROT,1982).

No governo da Junta Militar que assumira o poder em 1976, esse cenário se agravou ainda mais, pois multiplicou-se "por cinco o endividamento externo argentino (passando de US$ 8 bilhões a US$ 43 bilhões), sendo que boa parte desses recursos emprestados foi depositada pelos membros do regime e pelas elites em bancos dos EUA" (SANTOS, 2007, p. 90). O endividamento feito serviu para financiar seus futuros investimentos, que na segunda crise agravou-se ainda mais, pois havia a necessidade de saldar das dívidas que haviam contraído no início dos anos setenta. Assim, a Argentina, nesse segundo período, continuou-se a endividar, apesar de seu relativo equilíbrio energético.

Analisando esse contexto histórico, percebe-se que a questão energética tem um papel irrelevante dentro das evoluções econômicas da Argentina. O que realmente afetou o Estado foi à instabilidade institucional, a inexistência de um consenso social e o estabelecimento de políticos econômicos partindo de sistemas populistas e autoritários, esses fatores levaram à chamada 'desindustrialização' do país. Afinal, ao invés de adotar uma política de industrialização substitutiva de importações, a Argentina mergulhou "em planos econômicos monetaristas pactuados com o FMI, que favoreceram o capital estrangeiro à custa da própria indústria nacional" (CASTRO, 2007, p. 91). Inclusive, por isso diz-se que a desindustrialização argentina foi decorrente da abertura bruta da economia por parte dos militares após anos de protecionismo, provocando a falência do setor industrial do país.

Ao fim e ao cabo, conclui-se que o período que abrangeu as crises do petróleo fez da Argentina o país mais perturbado, política e socialmente, entre os grandes Estados da América Latina, atrás apenas de Brasil e, sobretudo, México (CARLINO & STUART, 2005, p. 101).

4.3 MÉXICO

O primeiro Estado a sofrer com as medidas americanas foi o México, o qual decretou *default* (mais conhecida como moratória) em 1982, dando início ao que ficou conhecido como "década perdida", no qual diversos países da América Latina, em diferentes períodos, enfrentaram crises agudas, com inflação galopante e a própria estagnação econômica (recessão). Assim, faz-se necessário apontar especificamente o que sucedera com este país. Afinal, não apenas foi o primeiro a sofrer do endividamento externo, como também, a partir da sua experiência, iniciou o processo de gerenciamento da crise originada pela retomada americana (e suas políticas) por parte de organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), além, por certo, do próprio governo norte-americano.

Em 12 de agosto de 1982, o México anunciou às autoridades internacionais que não teria condições de cumprir com os pagamentos da dívida externa, pois o seu Banco Central havia esgotado suas divisas, solicitando a moratória dos pagamentos do valor principal da dívida e renegociando as parcelas a vencer nos meses seguintes. Adicionalmente, o governo mexicano pediu empréstimos aos governos estrangeiro e ao FMI, sendo que, para este, ainda solicitou um programa de estabilização macroeconômica.

Entretanto, registra-se que a principal causa dessa medida foi justamente o aumento das taxas de juros originárias das medidas deflacionárias do governo americano e dos preços do petróleo. Quanto aos juros, como anteriormente referido, as medidas norte-americanas emplacadas como forme de contornar a sua crise doméstica levaram "as taxas de juros reais sobre empréstimos bancários a pular, de repente, de uma média de 0,8% no período 1971-1980, para 11,0% em 1982" (SANCHEZ, 2001, p. 199), influenciando nos valores devidos pelos diversos países, inclusive o México, por deterem financiamentos no estrangeiro.

Já no que diz respeito aos preços do petróleo, esses influenciaram a crise mexicana por fazerem com que houvesse um grau de endividamento (financiamento) muito maior junto às instituições financeiras externas. Explica-se: pelo México ser um país exportador de petróleo (sobretudo com a descoberta de novas reservas[7]), o excesso de liquidez fez com que houvesse uma pressão muito grande para que este país aumentasse os seus empréstimos no exterior (FRENCH-DAVIS *et al.*, 2005, p. 156).

Conforme Gama (2012),

> [...] o processo de endividamento tornou necessária a adoção de políticas flexíveis na gerência do mercado de capitais, aumentando para o país devedor sua tolerância e apetite por capital especulador em curto prazo, o chamado *smart money*. Para esse tipo de capital, ofereciam-se taxas especialmente altas de remuneração [pautadas no aumento – especulativo – dos preços]. Essa política funcionaria muito bem não fosse o caráter especulador de tais capitais em curto prazo. Bastaria uma brusca retirada de um montante significativo desses fundos para que as contas externas se tornassem impossíveis de administrar.

E essa impossibilidade de se administrar a dívida foi exatamente o que aconteceu. Isso porque, o endividamento vinha acompanhado de taxas de juros flutuantes, o que,

[7] Conforme French-Davis et al. (2005, p.156), "a participação do México na produção petrolífera da América Latina subiu de nove por cento, em 1973, para 44 por cento em 1982".

inicialmente não era um grande problema para os países latino-americanos exportadores de petróleo, eis que havia liquidez no mercado.

No entanto, a crise petrolífera e a consequente diminuição da produção (reduzindo-se, assim, a quantidade de recurso – petrodólares – disponível no mercado) fez com que as especulações geradas pela alta liquidez do mercado caíssem por terra, gerando uma diminuição do poder de compra do Estado no exterior, mas mantendo-se as dívidas externas assumidas quando havia uma liquidez (mesmo que especulativa) maior, as quais cresciam igualmente pela elevação dos juros pela política econômica implementada pelos Estados Unidos.

Em razão disso que Sanchez (2001, p. 199) vai afirmar que "a raiz [da moratória] foi o grande montante de empréstimos dos bancos ocidentais para os países em desenvolvimento, principalmente na América Latina". Afinal, o México não tinha meios de pagar as suas dívidas, posto que os valores devidos aumentavam exponencialmente em virtude do aumento dos juros praticados pelos Estados Unidos, de modo que o país não possuía mais crédito no mercado internacional para obter financiamentos, o que impactou na própria economia do país. Até mesmo porque, o financiamento da produção dependia em larga escala do montante oriundo do exterior (dos "petrodólares" que já não eram mais abundantes).

Registra-se, por exemplo, que em 1984 as suas exportações restavam em casa negativas (por volta de -4,6%) enquanto as suas importações majoravam significativamente (em torno de 19,1%), levando a uma inversão na balança comercial do Estado, a qual não era mais positiva (PINTO, 1992, p. 19). O produto interno bruto (PIB) acumulado no período de 1981-1985 do país restou na casa -4,0%, com períodos bem mais desastrosos, como em 1983, quando chegou a -7,5% (PINTO, 1992, p. 19) – cenário este que incrementou a impossibilidade de o México arcar com seus compromissos no plano internacional.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo central analisar as razões que levaram os Estados Unidos a serem considerados a "potência hegemônica mundial" após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, bem como os motivos que levaram ao seu declínio já na década de 1970 e a própria retomada ocorrida na década seguinte. Percebe-se, desta feita, que a hegemonia e a(s) crise(s) são fatores intrinsicamente ligados.

Aproveitando dos ensinamentos de Saussure (2002, p. 102-103), *a falta de hegemonia* bem seria o significante, algo que se dá primeiro, nas esferas de conhecimento, sendo a *crise* a sua consequência, portanto, o seu significado. Ou, ainda, que a hegemonia exercida de modo "literal" também pode ocasionar crises sistêmicas, sendo esta o resultado da má estruturação da própria hegemonia.

De todo modo, o que se quer dizer é que a hegemonia quando levada a cabo por um Estado, também deve ser constantemente atualizada, sob pena de gerar crises financeiras (e igualmente geopolíticas), as quais podem pôr em risco todo o sistema internacional. Por isso, concorda-se com Fiori quando este tece que foi apenas "nesses momentos de convergência e harmonia de interesses", criados pelas situações hegemônicas" que eventualmente existiram "regimes internacionais" e instituições multilaterais

eficazes (2005, p. 70). Afinal, há com eles uma estrutura, um sistema regrado que pode fazer as ponderações necessárias para o desenvolvimento das relações econômicas internacionais de forma satisfatória.

Entretanto, não se pode negar que nessa busca pela retomada de sua hegemonia, os Estados Unidos por meio de suas políticas econômicas para contornar a crise interna, como a Política Volcker, acabaram impactando negativamente outros países, sobretudo aqueles situados na América Latina, dando ensejo a 'década perdida'. Como visto, os países que mais sofreram com essas medidas foram Brasil, Argentina e México, cada qual com as suas peculiaridades. Isso porque, com os choques externos provocados pelas duas crises do petróleo durante a década de setenta gerando uma menor liquidez ao mercado, aliado aos empréstimos de curto prazo obtidos pelos países latinos "sob pressão" e próprias taxas de juros flutuantes, fizeram com que esses Estados não conseguiram promover excedentes necessários para efetuar regularmente o pagamento da sua dívida externa, gerando problemas graves para a saúde de suas economias.

Outrossim, quando se trata de uma potência hegemônica, isso significa que esse sempre ditará as regras, condutas, posicionamentos, etc. para os demais, o que não poderia ser diferente com os Estados Unidos em sua retomada de poder. Quer isto dizer que o próprio impacto que suas políticas tiveram nos países latinos demonstra justamente a reconquista deste país ao posto de potência hegemônica.

REFERÊNCIAS

BARRAL, Welber. **O Brasil e a OMC**: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais. Florianópolis: Diploma Legal, 2000.

BELLUZZO, Luís Gonzaga de M. **Ensaios sobre o Capitalismo no Século XX.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CANITROT, Adolfo. Ordre social et monétarisme en Argentine: notes et études documentaires. **Problèmes d'Amérique Latine.** Paris, n. 66, 4e trim., 1982, pp. 73-101.

CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CARDIA, Fernando Antônio A. Uma Breve Introdução à Questão do Desenvolvimento. *In:* AMARAL JUNIOR, Alberto. **Direito Internacional e Desenvolvimento.** Barueri: Manole, 2005.

CARLINO, Alicia Monica; STUART, Ana Maria. Um enfoque multidimensional dos vinte anos de democracia Argentina. *In*: DUPAS, Gilberto. **América Latina no início do século XXI:** perspectivas econômicas, sociais e políticas. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

CORTE INTERNACIONAL DE JUTIÇA. **Atividades Militares e Paramilitares na e contra a Nicarágua** (**Nicarágua v. Estados Unidos).** 1986. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/docket/index.php?p1=3&p2=3&case=70>. Acesso em 30/07/2013.

DE BEM, Judite Sanson. **Estado & Economia na América Latina**: a construção do pensamento neo-estruturalista cepaliano. Passo Fundo: Clio Livros, 2003.

EICHEGREEN, Barry. **A Globalização do Capital**: uma História do Sistema Monetário Internacional. Trad. Sergio Blum. São Paulo: Ed. 34, 2000.

FIORI, José Luís; TAVARES, Maria da Conceição. **Poder e Dinheiro**: uma economia política da globalização. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORI, José Luís. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana. **Lua Nova**: Revista de Cultura Política. São Paulo, n. 50, pp. 207-236, 2000.

_____. **O Poder Americano.** Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Sobre o Poder Global. **Revista Novos Estudos**. n. 73, Nov. 2005. pp. 61-72. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n73/a05n73.pdf>. Acesso em 29/07/2013.

FRENCH-DAVIS, Ricardo; MUÑOZ, Oscar; PALMA, José Gabriel. As Economias Latino-Americanas: 1950-1990. *In*: BETHEL, Leslie. **História da América Latina:** a América Latina após 1930 – Economia e Sociedade. São Paulo: Ed. USP, 2005.

GAMA, Claudio Márcio Araújo de. **Crise**: a primeira década perdida. 2012. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/crise-a-primeira-decada-perdida/61010/>. Acesso em: 30 de jul. 2014.

GORDON, Robert J. **Macroeconomia**. Trad. Eliane Kanner. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

KILSZTAJN, Samuel. O Acordo Bretton Woods e a Evidência Histórica: o Sistema Financeiro Internacional no Pós-Guerra. **Revista de Economia Política**. Uberlândia, vol. 9, n. 4, pp. 88-100, out./dez., 1989.

PINTO, Aníbal. A América Latina entre duas crises. **Revista de Economia Política**. Uberlândia, v. 12, n.3, pp. 16-29, jul.-set., 1992.

SANCHEZ, Inaiê. **Para entender a internacionalização da economia**. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

SANTOS, Marcelo. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria.** São Paulo: FAPESP, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de Linguística Geral.** Org. Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. O Poder Americano depois de 1970. **Folha de São Paulo.** Notícia veiculada em 20 de Junho de 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2006200408.htm>. Acesso em 30/07/2013.

ZYLBERSZTAJN, David. Argentina, Brasil e México: os impactos de política energética face às crises da década de 1970. **Revista Brasileira de Energia**. Campinas/Itajaúba, v. 1, n. 1, pp.1-12, 1989. Disponível em: <www.sbpe.org.br/socios/download.php?id=5>. Acesso em: 29 de mai. 2014.

RECEBIDO EM: 12/02/2016
APROVADO EM: 20/05/2016